

# JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

Conselho Editorial  
M. F. DO NASCIMENTO BRITO — *Presidente*  
WILSON FIGUEIREDO — *Vice-Presidente*

Conselho Consultivo  
FRANCISCO GROS  
JOÃO GERALDO PIQUET CARNEIRO  
JORGE HILÁRIO GOUVÊA VIEIRA

MARCELO PONTES — *Editor*  
ROSENAL CALMON ALVES — *Editor Executivo*  
PAULO TOTTI — *Editor Executivo*  
ORIVALDO PERIN — *Secretário de Redação*

SÉRGIO RÉGO MONTEIRO — *Diretor*

## Nova Etapa

O presidente Fernando Henrique Cardoso deu por encerrada a crise que animou a pasmaceira política de Brasília nos dez dias em que esteve no exterior. É fato que existia crise e que, depois de superada, a relação na base política do governo não será a mesma. O presidente foi direto ao centro da questão, que — desde a campanha eleitoral — é a aliança que uniu o PSDB e o PFL. A vitória eleitoral não nivelou as divergências políticas e elas se manifestaram no governo, ameaçando por dentro as reformas.

Com a ausência presidencial, registrou-se farta especulação interessada em fomentar uma desacomodação política e favorecer uma reforma ministerial na passagem do primeiro aniversário do governo. Não é apenas porque a política tem horror ao vácuo que as suspeitas nascem e morrem. Quando falta uma oposição organizada, o perigo se desloca para dentro dos governos.

Havia desde o começo antecedentes capazes de levar à crise nas relações entre o Executivo e o Legislativo e daí a estender-se entre o presidente da República e o presidente da Câmara era apenas um passo em falso. O encontro de Fernando Henrique e Luís Eduardo Magalhães conseguiu, em tempo, assentar a poeira levantada em torno de fatos que causaram apreensão.

A hostilidade dentro da aliança e as revelações que abalam a credibilidade do governo, embora sem envolver o presidente, confirmam que as relações não serão mais as mesmas. Fernando Henrique chegou, avaliou a questão, conversou e conseguiu um acordo que não pode ser apenas a suspensão das hostilidades. Não basta retomar o compromisso com as reformas e deixá-las à vista dos cidadãos.

A crise está na natureza da própria aliança histórica que reuniu na sucessão presidencial o carisma da social-democracia e a intuição política do PFL. Foi um acordo eleitoral mas deveria ser a base do governo, em caso de vitória. A campanha sinalizou a dificuldade da relação de confiança mas nada foi feito para impedir as hostilidades que aparecem e desaparecem. A última versão teve o contorno de crise e gerou preocupação fora do círculo do poder.

O acordo entre a social-democracia e a frente liberal devia ter como corolário o compromisso do candidato com as reformas, das quais o eleitorado foi avalista. O PSDB e o PFL estão umbilicalmente comprometidos com a reforma da Constituição naquilo que é essencial e urgente.

É natural que os ressentidos com a derrota se aproveitem do desequilíbrio que perturbou politi-

camente o governo e das denúncias que vieram a público. Alguma coisa andou fugindo à vontade e ao controle do presidente, que centraliza toda a ação política mas deixa soltas as pontas da aliança. Sucede que os liberais não estão no governo para enfeitá-lo e, por experiência, sabem distinguir onde acaba a aliança e onde começa a disputa interna. O jogo político é mais antigo que o próprio PFL, que conheceu outras encarnações políticas e tem inesgotável capacidade de adaptação histórica.

Sabe de seu lado o presidente que a troca de aliado teria um custo alto. O PFL mostrou-se, a seu ver, “um parceiro disposto a aprovar as reformas”. Foi bom que tenha reconhecido a lealdade do partido que foi decisivo na sua campanha e no governo. Um novo parceiro entraria com exigências descabidas e, para salvar a face diante dos seus eleitores, precisaria desacreditar o governo.

Não se troca de objetivo numa batalha nem de programa no meio do governo. A vitória condenou o PSDB a sustentar a aliança com o PFL até esgotar-se o mandato presidencial, pois o julgamento final será o confronto dos resultados com as promessas de campanha.

O presidente Fernando Henrique entendeu com clarividência essa fatalidade, e está agindo em consequência: reaviva a aliança e as reformas que foram a razão de ser da vitória. A seu ver, acabou a crise. Tomara que não se reabra a desconfiança, para que o programa se cumpra. É hora de apagar os agravos e entrar em nova etapa da colaboração.

Numa solenidade de assinatura de atos de governo relativos à Educação, o presidente lembrou que um país que se dá ao respeito, “depois de mudar, mantém o rumo” e, com o mesmo bom-senso, declarou prova de maturidade “não andar em ziguezague”. A oportunidade serviu também para reconhecer a “legislatura proveitosa” com que convive.

Foi um agradecimento público às propostas que o Congresso aprovou em 1995. Limpou o horizonte do novo ano com a afirmação de que não haverá reforma ministerial nem o seu governo precisa de um coordenador político. Não havendo problema entre o Executivo e o Legislativo, cada ministro tem sua área de entendimento com o Congresso. É só ocupá-la.

Quem conta com um vice-presidente como Marco Maciel não precisa designar ninguém para resolver as missões que parecem impossíveis. O vice-presidente, além do gosto de servir, tem o dom da discrição dos que sabem que a política tem o palco e bastidores.